

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	2
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	3
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	4
2.5 Medições não contábeis	5
2.6 Eventos subsequentes as DFs	6
2.7 Destinação de resultados	7
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	8
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	9
2.10 Planos de negócios	10
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	11
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	12
5.2 Descrição dos controles internos	13
5.3 Programa de integridade	14
5.4 Alterações significativas	16
5.5 Outras informações relevantes	17

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Comentários sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Mesmo com a evolução gradual dos indicadores em relação aos anos anteriores, a diretoria considera as atuais condições financeiras e patrimoniais ainda adversas.

b. Estrutura de capital

A atual estrutura de capital da Companhia continua prejudicada em função da própria situação econômica e financeira.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os compromissos financeiros têm sido regularmente liquidados, uma vez que são assumidos dentro dos limites financeiros da Companhia.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Gerados por suas próprias operações e por captação de recursos de terceiros através de empréstimos e pela limitação parcial de recolhimento de tributos.

e. Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Recursos das próprias operações.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As obrigações da Companhia estão em moeda nacional, com garantia real e de duplicatas, com a finalidade de capital de giro, totalizando no curto prazo R\$ 48.127 mil, e no longo prazo R\$ 19.507 mil.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não existem restrições impostas ao emissor em relação aos limites de endividamento.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Vide item 2.1. f. i.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

As demonstrações de resultado sofreram alterações em relação ao ano de 2021 devido principalmente a atualização pela taxa Selic e encargos legais das obrigações e contingências já reconhecidas além de novas contingências tributárias classificadas como de perda provável.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Comentários dos Diretores sobre:

a. resultado das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Não houve nenhum componente especial relevante no resultado das operações.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Com exceção ao exposto no item 2.1 h, no ano de 2022 não houve nenhum fator material que tenha afetado o resultado operacional da Companhia.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A evolução de 10,9% na receita líquida da controladora e de 11,9% no consolidado, em relação ao ano de 2021, deveu-se a uma melhor combinação de produtos comercializados.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No resultado operacional não houve nenhum impacto relevante dos indicadores acima. Nas despesas financeiras a variação da taxa básica da Selic e encargos legais em 2022 teve um impacto bastante significativo no resultado da companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Comentários dos Diretores sobre:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2;

Não houve mudança nas práticas contábeis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor;

Incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a Sansuy S.A. Indústria de Plásticos, controladora, apurou prejuízo de R\$ 331.963 mil, elevando o saldo dos prejuízos acumulados para R\$ 1.887.762 mil e do patrimônio líquido negativo para R\$ 1.809.441 mil, além de índices financeiros adversos. Como reflexo dessa situação a Companhia acumula obrigações tributárias, nota explicativa nº 9, para as quais não existem perspectivas de liquidação a curto prazo. Adicionalmente, a controlada Kanaflex S.A. Indústria de Plásticos também apresenta uma situação econômica e financeira oriunda de prejuízos acumulados e patrimônio líquido negativo. A continuidade normal de seus negócios, da Companhia e suas controladas, está condicionada ao sucesso das medidas de reorganização em curso conjugadas com a ampliação das vendas nos diferentes mercados que atuam, revisão das políticas de precificação de seus produtos que propicie a melhora das margens de rentabilidade e a geração de fluxos de caixa futuros positivos. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas Demonstrações Financeiras do Emissor e em seus Resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional; não houve eventos dessa natureza

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária; não houve eventos dessa natureza

c. eventos ou operações não usuais;

As demonstrações de resultado sofreram alterações em relação ao ano de 2021 devido, principalmente, a atualização pela taxa Selic e encargos legais das obrigações e contingências já reconhecidas além de novas contingências tributárias classificadas como de perda provável.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o Emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) ou LAJIR (Lucro Antes de Juros e Imposto de Renda), o Emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis;

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

EBITDA

Os cálculos estão ajustados pela Equivalência Patrimonial e Outras Receitas / Despesas, a saber:

Em R\$ Mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do Período	(331.963)	(112.779)	(332.609)	(114.498)
(+) Tributo sobre o Lucro	(413)	(427)	(413)	(377)
(+) Resultado Financeiro	262.094	77.736	280.029	108.368
(+) Depreciações e Amortizações	9.215	9.048	18.183	17.509
(=) EBITDA	(61.067)	(26.422)	(34.810)	11.002
(+) Equivalência Patrimonial	897	1.119		
(+) Provisão para perdas com investimentos	2.268	6.029		
(+) Outras Receitas / Despesas	41.102	(141)	40.989	(70)
(=) EBITDA Ajustado	(16.800)	(19.415)	6.179	10.932

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A medição demonstra a evolução da capacidade operacional de geração de caixa da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas Demonstrações Financeiras de encerramento de Exercício Social que as altere substancialmente.
Não há evento subsequente que venha a alterar substancialmente as Demonstrações Financeiras divulgadas relativas a 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Comentários dos Diretores sobre a destinação dos Resultados Sociais, indicando:

- a. regras sobre retenção de lucros;**
- b. regras sobre distribuição de dividendos;**
- c. periodicidade das distribuições de dividendos;**
- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais;**
- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Não aplicável

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos;**
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
 - iii. contratos de construção não terminada;**
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras indicados no item 2.8:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**
- b. natureza e o propósito da operação;**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não aplicável

2.10 Planos de negócios

2.10. Principais elementos do Plano de Negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:**
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**
 - ii. fontes de financiamento dos investimentos;**
 - iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**
- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**
- c. novos produtos e serviços, indicando:**
 - i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;**
 - iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**
- d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.**

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciaram materialmente a capacidade produtiva da Companhia, nem mesmo o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Os investimentos realizados não foram relevantes para serem destacados.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não houveram outros fatores que influenciariam significativamente o desempenho operacional da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política estratégica de gerenciamento de riscos aprovada pela Administração datada de janeiro/23, cujos termos são atualizados anualmente.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção
- ii. os instrumentos utilizados para proteção
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A política de gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e mitigar os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita, estabelecendo diretrizes, ações e responsabilidades sobre eventos com impacto negativo que possam comprometer o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a estrutura da Companhia a Administração entende que os pontos definidos na política de gerenciamento de riscos, bem como a estrutura de controle estabelecida, fornecem suficiente segurança para o devido controle na eventualidade de tais ocorrências adversas.

Periodicamente ocorrem reuniões de análise crítica para avaliar e eventualmente corrigir a eficácia das ações adotadas.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Todos os processos operacionais da Companhia são adequados, monitorados e auditados por empresa independente.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Todas as áreas da Companhia, para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras, participam ativamente dos seus processos operacionais de registro e controle.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria é responsável pela avaliação quanto à eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

As recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos são prontamente certificadas pela Diretoria e corrigidas, quando aplicável.

Conforme constou no relatório circunstanciado, entenderam os auditores independentes que as deficiências apontadas não são significativas.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As recomendações do auditor independente sobre as deficiências de controles internos são avaliadas pelos administradores da Companhia, que definem ações necessárias para a pertinente implementação.

A diretoria da Companhia, avaliou detalhadamente e concluiu pela desnecessidade de divulgação pois tratavam-se, em sua opinião, de apontamentos não relevantes, em linha com o entendimento dos auditores independentes.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta e uma Política Anticorrupção vinculado ao seu Sistema de Garantia da Qualidade.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas as estruturas organizacionais envolvidas

A Sansuy, com o objetivo de evitar ou detectar desvios, fraudes, irregularidades e atos lesivos praticados contra seu patrimônio, instituiu o Programa de Integridade aprovado pela Diretoria da Companhia, que consiste na implementação de política, diretrizes e procedimentos de combate à corrupção e de apuração de denúncias e irregularidades.

E por meio de seu Departamento de Recursos Humanos, mantém um programa de conscientização anticorrupção para seus colaboradores, ministrando treinamento periódico, no mínimo anual, para a disseminação da Legislação Anticorrupção, da presente Política, bem como do Código de Ética e Conduta, devendo ainda verificar, mediante a realização de pesquisa, a aderência da percepção dos colaboradores quanto às disposições de tais Instrumentos.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

É de competência da Diretoria e do Departamento de Recursos Humanos da Sansuy, realizar o monitoramento, a atualização e o aperfeiçoamento contínuo de seus instrumentos de Integridade, dentre os quais se encontra a Política Anticorrupção, visando a prevenção, a detecção e o combate à ocorrência dos atos lesivos.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Sansuy estabelece, por meio da Política Anticorrupção e do Código de Ética e Conduta, as diretrizes éticas e de combate à corrupção, à fraude e a outras irregularidades, bem como os procedimentos que devem ser observados e cumpridos por seus colaboradores, administradores, fornecedores, prestadores de serviços e por qualquer outra parte que mantenha relação contratual com a Sansuy.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O envolvimento de administradores e colaboradores da Sansuy em atos que violem a Legislação

5.3 Programa de integridade

Anticorrupção acarretará a aplicação das sanções administrativas cabíveis. Além disso, as referidas violações podem resultar em severas penalidades civis e criminais para todos os envolvidos, bem como para a Sansuy.

A política interna veda qualquer tipo de retaliação contra qualquer pessoa que apresente denúncia de boa-fé ou queixa de violação à Legislação Anticorrupção. Se porventura qualquer administrador ou colaborador se envolver em atos de retaliação, ficará sujeito à aplicação das penalidades cabíveis no âmbito administrativo e legal.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código foi aprovado pela alta direção de forma eletrônica via sistema de controle de documentos do Sistema da Qualidade.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A Sansuy disponibiliza a qualquer pessoa o Canal de Linha Ética para denúncia anônima de atos que aparentem ou representem violação à sua Política Anticorrupção, o qual poderá ser acessado através do site www.sansuy.com.br

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

É de competência da Diretoria e do Departamento de Recursos Humanos da Companhia, realizar o monitoramento, a atualização e o aperfeiçoamento contínuo de seus instrumentos de Integridade.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas (A indicação pelo emissor dos casos independe de decisão administrativa ou judicial sobre os fatos detectados)

Não há casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 anos de conhecimento do emissor.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

A alteração de risco em relação ao exercício passado se refere à reclassificação de risco de discussões tributárias anteriormente classificadas como “perdas remotas” para “possíveis” e “perdas prováveis não mensuráveis com suficiente segurança”, além de novas contingências tributárias classificadas como de “perda provável”, com base no parecer da atual assessoria jurídica, lastreado em alterações jurisprudenciais recentes sobre o tema em discussão e por decisões concretas nas disputas judiciais em curso. Outrossim, a Companhia tem como prioridade a busca de soluções para as suas contingências tributárias, através de estudos e medidas que permitam adesão aos meios de regularização disponíveis.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.